



PROBLEMAS GLOBAIS REQUEREM SOLUÇÕES GLOBAIS: NOVAS ESTRATÉGIAS DA SOCIEDADE CIVIL

MARIANA MENEZES NEUMANN

Mestre em Relações Internacionais pela UFF,
Especialista em Relações Internacionais pela PUC-Rio, Pesquisadora
do CIESPI em convênio com a PUC-Rio
E-mail: marianamenezes25@yahoo.com.br.

NAWOJKA LESINSKI

Doutoranda em Ciência Política
(Universidade de Illinois, Chicago, EUA),
E-mail: nlesinki@rocketmail.com.







RESUMO

O objetivo do artigo é explorar a relação entre a participação da sociedade civil em um contexto de crescente interconexão política e econômica dos países, compreendida como parte inerente ao processo de globalização. O Fórum Social Mundial (FSM) servirá de estudo de caso, a fim de ilustrarmos algumas estratégias identificadas pelos atores sociais (grupos ou indivíduos), endereçando questões de ordem global, como a preservação do meio ambiente, direitos humanos e desigualdades sociais, ou seja, com base na máxima do movimento ambientalista, “Pense globalmente, aja localmente”.

PALAVRAS-CHAVE: sociedade civil; globalização; Fórum Social Mundial





ABSTRACT

The article aims at exploring the relation between the engagement of civil society in a context of growing political and economical inter-connection among different countries. The World Social Forum constitute the case study in order to illustrate some of the strategies adopted by civil society while addressing global issues such as environmental protection, human rights and social inequalities.

KEYWORDS: civil society; globalization; World Social Forum



1 INTRODUÇÃO

A literatura especializada em Relações Internacionais, ao analisar o contexto internacional do final do século XX e início do XXI, ressalta a importância do fenômeno da globalização para se compreender as dinâmicas culturais, políticas, sociais e econômicas, tanto dentro dos próprios Estados quanto nas relações interestatais, embora não exista consenso acerca de quando se originou, ou mesmo de suas características.

Na conceituação de Ian Clark (1997, p. 197), o processo de globalização implica

[...] uma combinação complexa e multidimensional de mudanças nas relações internacionais e no comportamento dos Estados. É em geral compreendida como um efeito do comportamento do estado, mesmo que não seja o seu objetivo inicial.

Três correntes de pensamento discutem distintos ângulos do fenômeno (HELD¹; MACGREW, 1999). Uma das teses, a hiperglobalista, defende a sobreposição do Estado pelo mercado na condução da economia mundial. Na esfera política, o poder estatal seria pulverizado pela participação de múltiplos atores (as organizações não-governamentais, empresas e organizações internacionais), sendo ameaçado pelo nascimento de uma economia global, a qual produziria uma nova ordem sistêmica.

A tese cética, por outro lado, assinala uma diferença crucial entre internacionalização e globalização. A primeira seria responsável pelo incremento do ritmo nos fluxos de trocas comerciais e pela crescente interdependência econômica, pois a globalização *per se* só ocorreria no caso de uma integração perfeita entre as economias. Os cétricos consideram a integração dos países em regiões como fenômeno inverso ao da globalização. Enquanto a regionalização institui zonas de isolamento, a globalização pelo menos em tese promove, por diferentes meios, a integração global.

A tese transformista, por sua vez, conduz à constatação de que os limites entre as esferas doméstica e internacional se estão tornando cada vez mais difusos. A globalização, responsável por essa superposição, in-

¹ Apud VASCONCELOS, Flavia Nico. **Globalização e papel do executivo**: abertura comercial nos governos Sarney e Collor. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, IRI/PUC-Rio, 2001.

duziria os Estados a se reformularem por estar mais suscetíveis a condicionantes externos de *accountability*.

A globalização ainda pode ser compreendida como a adoção de diretrizes econômicas popularizadas pela escola de Chicago. Essa corrente do pensamento enfatiza a não-intervenção e regulação estatal em nome de uma maior liberdade dos mercados. David Harvey² (2006) enfatiza que o processo de globalização aliado ao *modus operandi* do neoliberalismo teria reforçado as desigualdades, em especial, nos países mais pobres. No entanto, a sociedade civil não é apenas uma receptora de decisões e políticas, mas um ator social ativo. Distintos grupos e indivíduos da sociedade civil encontraram estratégias inovadoras de contestação nas esferas social, política, cultural e econômica. Essas ações não estão restritas ao nível local, pois incorporam cada vez mais a percepção do global em suas propostas. O discurso em torno de uma “nova” sociedade civil global é bastante pertinente para auxiliar na compreensão das mudanças do sistema internacional.

Dessa forma, o objetivo do artigo é explorar a relação entre a participação da sociedade civil em um contexto de crescente interconexão política e econômica dos países, compreendida como parte inerente ao processo de globalização. O Fórum Social Mundial (FSM) servirá de estudo de caso, a fim de ilustrarmos algumas estratégias identificadas pelos atores sociais (grupos ou indivíduos), endereçando questões de ordem global, como a preservação do meio ambiente, direitos humanos e desigualdades sociais, ou seja, com base na máxima do movimento ambientalista, “Pense globalmente, aja localmente”.

2 GLOBALIZAÇÃO: CONTINUIDADE OU RUPTURA?

O fim da guerra fria deu início a novo período da ordem sistêmica internacional, impondo aos Estados a tarefa de rearranjarem as configu-

² Ver também: COLLINS, Jane. L. **Threads**: gender, labor, and power in the global apparel industry. Chicago: Univ. of Chicago, 2003; FERGUSON, James. **Global shadows**: Africa in the neoliberal world order, 2006; DUKE; GREGORY, Steven. **The devil behind the mirror**: globalization and politics in the Dominican Republic. [S.l.]: Univ. of California, 2006; HARVEY, David. **Spaces of global capitalism**: a theory of uneven development. New York: Verso, 2006; KLEIN, Naomi. **The shock doctrine**: the rise of disaster capitalism. New York: Picador, 2008; 2007 DUKE; PALEY, Julia. **Marketing democracy**: power and social movements in post-dictatorship Chile. [S.l.]: Univ. of California, 2001; SAAD-FIHO, Alfredo; JOHNSTON, Deborah. (Ed.). **Neoliberalism**: a critical reader. [S.l.]: Pluto Press, 2005.

rações de poder. A despeito de ter havido “mudança das placas tectônicas”³ da ordem bipolar, ela não deve ser vista como força motriz do fenômeno da globalização, uma vez que indícios de integração e de aceleração nos fluxos de troca, sobretudo econômicas, são observáveis antes da reunificação alemã. Para Clark (1997), o término da guerra fria não constituiu o fim de uma fase histórica única e anômala, mas é parte intrínseca de uma constante inter-relação entre as forças de globalização e fragmentação. Nesse caso, a globalização é entendida como uma continuidade entre o período da guerra fria e seu fim, porém não como uma ruptura com o modelo sistêmico anterior (da bipolaridade), em primeiro lugar, por ter ocorrido de forma pacífica, via *détente* (COX, 1995⁴) e, em segundo lugar, pelo fato de a integração intersistêmica sobrepor-se ao conflito intersistêmico.

Quando Clark afirma haver oscilação entre dois processos análogos, o da globalização e o da fragmentação, refere-se ao duplo desafio de se construir mecanismos regulatórios internacionais, concomitante a necessidade de os Estados manterem sua soberania nacional. Nesse sentido, os Estados podem ser vistos como mediadores entre a globalização e a fragmentação.

A continuidade da globalização pode ser ainda interpretada como resultante de um longo processo ocorrido no século XX. Para Hirst e Thompson (1999), sinais de integração econômica crescente estão presentes no período pré-1914. No entanto, com o término da Primeira Guerra Mundial, tendências universalizantes, como o padrão ouro, foram substituídas por normas e regulações domésticas, que surgiram como uma forma de proteção dos Estados. Essas práticas teriam prevalecido até a década de 70, quando a ênfase em tendências internacionalistas foi, então, retomada.

Dessa forma, o resultado da tensão entre globalização e fragmentação não será necessariamente o predomínio de uma tendência sobre a outra, mas o surgimento de experimentos e novas formas de poder estatal, tendo em vista que a relação estabelecida entre Estados nacionais *versus* multinacionais é extremamente complexa.

³ Clark considera como “mudança das placas tectônicas” a reconfiguração dos polos de poder com o fim da guerra fria.

⁴ COX, Michael. **US foreign policy after the cold war: superpower without a mission?** Oxford University Press: Oxford, 1995.

Na atualidade, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos Estados, é equilibrar as forças do mercado com tendências liberalizantes, concomitantemente à preservação das conquistas associadas ao bem-estar social. A globalização vem provocando um impacto real nas economias dos países e tem exercido forte pressão para a dinamização das trocas comerciais entre empresas e corporações, cuja autonomia é limitada por determinantes domésticas, estabelecidos pelos estados nacionais. Segundo Ian Clark apud Susan Strange (1997, p. 188):

Existem dois processos que são condizentes um com o outro. Houve um aumento da vulnerabilidade do governo norte-americano com as pressões exercidas pelo mercado financeiro – uma espécie de Frankenstein criado pelos Estados Unidos, mas não mais controlado por ele. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos são o principal beneficiário da assimetria de poder que é construída estruturalmente pelo livre mercado, como por exemplo, na esfera das telecomunicações.

O discurso de distintos movimentos sociais, incluindo o FSM, é reverter o quadro de desigualdades sociais associado à globalização, por uma “globalização de base”, isto é, maneiras alternativas para a integração, mas que reduzem a pressão imposta aos indivíduos e famílias, em especial, as de origem pobre. De acordo com Ribeiro (2006), a realização da ECO 92, no Rio de Janeiro, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi um marco importante para a estruturação dos movimentos que propõem uma globalização alternativa.

Os movimentos sociais transnacionais, como o FSM, apresentam algumas características semelhantes – utilização da tecnologia e da informática como principal meio de comunicação – e questionam o monopólio do poder estatal. A existência de um “espaço” transnacional é possibilitada por questões que permeiam as esferas local, nacional e internacional. A crescente visibilidade desses movimentos é uma estratégia para legitimar suas propostas entre os demais membros da sociedade civil e para possibilitar o maior diálogo com o governo e com as organizações internacionais.

Conforme explicitado por Milani e Laniado (2006), ao citarem Osterweil e Wainwright (2004, p. 23), “o Fórum Social Mundial é como uma *jam session* onde a política convive com a incerteza e onde não se busca, necessariamente, uma harmonia formal.”

Em seguida, iremos nos concentrar no estudo sobre o FSM e em sua proposta de articular modelos alternativos de globalização e integração social.

3 NEOLIBERALISMO COMO UMA ILUSÃO?

Para Antunes (1999) o neoliberalismo implica substituição dos modelos taylorista e fordista de produção por modelos mais flexíveis de circulação do capital. Com base no autor, e tendo em vista o enfoque deste artigo, compreendemos o neoliberalismo como uma corrente de pensamento que compartilha os fundamentos filosóficos e doutrinários do liberalismo e cujas diretrizes terão efeitos nas esferas política, econômica, social e cultural.

Lee Mudge (2008), ao apresentar as características que constituem o neoliberalismo, afirma que esse modelo político e econômico está ancorado na autonomia do mercado financeiro sobre as burocracias como uma ferramenta para alocação de recursos. Para Mudge, pode-se ilustrar essa observação com duas perguntas, ou seja, *how much market?* (qual é a parcela do mercado?) em oposição a *how much State?* (qual é a parcela do Estado?), com base na concepção keinesiana sobre bem-estar social e interferência do Estado. Sendo assim, o neoliberalismo pode ser considerado como o princípio da prevalência da competição de mercado em relação aos demais modelos de organização.

As origens do neoliberalismo podem ser traçadas na década de 70, quando houve um grande interesse no livre mercado e na exportação do modelo do Consenso de Washington⁵. Lee Mudge inclui em sua análise e conceito de neoliberalismo três esferas que estariam interconectadas: a intelectual, a política e a burocrática. A primeira refere-se às suas origens anglo-americanas e a criação das instituições que compõem o *modus operandi* do capitalismo. A esfera política, por sua vez, inclui as políticas centradas no mercado, enquanto a esfera burocrática é formada pela defesa da liberalização, desregulamentação, despolitização e monetarismo.

No entanto, a crise econômica mundial fomentada pelo mercado financeiro no segundo semestre de 2008 estimulou uma grande variedade de movimentos de contestação ao redor do mundo, em especial, contra as economias estruturadas no mercado financeiro. Essas, por sua vez, tendem a beneficiar uma parcela reduzida da população, em especial, no

⁵ O Consenso de Washington, formulado durante encontro realizado na capital norte-americana, Washington DC, em 1989, prevê dez princípios básicos, para que os países em desenvolvimento possam ajustar suas economias ao modelo mercado-centrado e com maior desregulamentação do Estado.

caso de países em desenvolvimento, cuja participação do Estado em programas de bem-estar social, tem sido reduzida.

Como os efeitos são sentidos de maneiras diferentes em cada região, os movimentos transnacionais, conseguem endereçar questões que não são exclusivamente de ordem local. A percepção do neoliberalismo como uma desilusão se refere ao fato de que esse modelo econômico não pode responder às demandas para reduzir a pobreza, a fome, o analfabetismo ou melhorar o acesso ao sistema de saúde pública – situações bastante comuns em países latino-americanos e africanos, por exemplo.

O sentimento de desilusão pode servir como um catalisador para a mudança, enquanto as crises podem representar importantes momentos de evolução e transformação. O modelo apresentado por Baumgartner e Jones (2005) assinala que, em geral, as políticas mudam a partir de determinados elementos: culturas institucionais, interesses específicos, racionalidade do processo decisório, por exemplo. Dessa forma, as mudanças de diretrizes políticas ocorrerão gradativamente com transformações em tais esferas, com a redução da influência dos partidos nas conduções do governo, ou ainda, mudanças de opinião pública. Assim, a política é caracterizada por longos períodos de estabilidade, interrompidos de tempos em tempos, por alterações nas esferas governamentais ou societárias.

Conforme argumenta Naomi Klein (2007), as diretrizes do livre mercado propostas por Milton Friedman e pela Escola de Chicago foram adotadas, porque os governos, em especial na América Latina e na África, estavam em momentos políticos de grandes transformações, durante os anos 60 e 70, quando distintos países da região sofreram golpes militares.

O sentimento de desilusão com as políticas neoliberais (YASHAR, 2005) traz à tona questões como justiça social. Podemos, por exemplo, nos perguntar até que ponto a sociedade civil global está criando uma “democracia global”. Por outro lado, a cooperação de organizações em nível transnacional ilustra a importância da participação da sociedade civil frente o comportamento dos Estados.

Keck e Sikkink (1998, p. 89) argumentam que a emergência das redes transnacionais de advocacia

[...] auxiliam no processo de transformação da prática em questões ligadas à soberania nacional [...] ao construir novas relações entre os distintos atores sociais, Estados e organizações internacionais. Essas redes multiplicam as oportunidades de diálogo e troca.

Independente de a demanda ser de ordem legal ou de representação e inclusão, a sociedade civil global poderá oferecer uma base relevante para a identificação de aliados ou parcerias em nível internacional. Dessa maneira, a pressão sob os Estados tende a ser maior, assim como sua necessidade de prestar contas (*accountability*) em relação às suas ações. No entanto, tal participação se torna mais complexa, quando a sociedade civil global tem como alvo instituições internacionais e(ou) uma ideologia. Parte do problema encontrado pelos movimentos anti ou alterglobalização está no desafio em identificar os atores responsáveis por ações danosas associadas à globalização.

4 RESPOSTAS À GLOBALIZAÇÃO

A literatura contemporânea retrata a sociedade civil global como uma “arena” (EDWARDS, 2001), ou “espaço” (WALZER, 1995), e, ainda, “esfera” (WARKENTIN, 2001), ou como o “contexto” (COHEN; ARATO, 1993) em que a vida social se organiza (WARKENTIN, 2001). Para Sholte (1999) é a “atividade civil” de indivíduos e atores coletivos, “cuja interação são voluntárias, autorreguladas e autossustentáveis”. (OMELCHIVEDA, 2003; 2004). Esses conceitos de sociedade civil global referem-se à existência de limites espaciais. Alguns autores argumentam que a sociedade civil global possui uma *raison d'être* distinta, ou seja, é diferente e ao mesmo tempo autônoma do sistema de Estados e do mercado global (OMELCHIVEDA, 2004, p. 4).

O termo “sociedade civil global” é, em geral, utilizado para se referir a um tecido social em evolução composto de organizações não-governamentais (ONGs), redes transnacionais informais, grupos de advocacia e movimentos sociais (ETZIONI, 2004). As organizações não-governamentais em nível nacional reúnem uma parcela da sociedade civil global. De acordo com Omelchiveda (2003, p. 26), as ONGs atuam como agentes

[...] com a possibilidade de promover mudanças sociais e políticas em escala internacional quando a definimos dentro do contexto da sociedade civil global, ou como um sistema autorregulado, composto de redes de indivíduos e organizações civis que interagem para além das fronteiras nacionais e, conseqüentemente, têm maior autonomia em relação aos códigos culturais, normativos e práticas que influenciam o comportamento dos Estados.

Ao contrário da sociedade civil, cuja esfera de atuação se dá no âmbito doméstico, a global não apresenta fronteiras territoriais tão claras.

Alguns autores enfatizam que a ação é global, visando responder a demandas e instituições de ordem global. O objetivo em última instância é reivindicar a instituição de direitos garantidos por distintos tratados e acordos internacionais, pois a consciência global é um dos fatores que une seus membros (GAVENTA, 2001; LIPSCHUTZ, 1992; ANHEIER; GLASIUS; KALDOR, 2001).

No entanto, pode-se considerar que a sociedade civil global precisa se restringir a questões de ordem internacional e que a ação global só pode ocorrer em nível transnacional em temas específicos a cada país, como, por exemplo, o Movimento Zapatista, em Chiapas. Desde 1994, seus membros estão em um estado constante de conflito com as autoridades mexicanas. Grande parte de sua base social é composta de descendentes de indígenas, mas o movimento também apresenta simpatizantes em áreas urbanas, dentro e fora do país. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) é visto como um dos exemplos de força popular na América Latina (MARTINS, 2000).

O MST, criado em 1970 com o auxílio de setores de base religiosa e do Partido dos Trabalhadores (PT), desde então tem sido reconhecido internacionalmente por organizações como a Anistia Internacional, que já declarou abertamente seu apoio ao MST. Os trabalhadores sem-terra tornaram-se uma importante força social e constituem um desafio ao neoliberalismo, com ações voltadas para a “construção de um projeto alternativo de divisão de classes” (MARTIN, 2000, p. 34). O MST é um dos possíveis exemplos de movimentos da sociedade civil, cuja atuação é localizada, mas que ganha proeminência cada vez maior na esfera internacional e pode servir de inspiração para os demais.

Independente do fato de as questões serem de caráter ambiental, direitos humanos ou visando a maior equidade social, os discursos associam a manutenção dessas distorções às políticas neoliberais. E, assim, pode-se perceber a forte correlação entre o local/global. Identificar a conexão entre os distintos movimentos permite testemunhar a diversidade de manifestações do casamento entre o local e o global, assim como das possíveis respostas identificadas para endereçar cada uma dessas questões. A crescente importância dos eventos realizados pela Rede de Advocacia Transnacional revela a complexidade da interconexão das sociedades civis. O FSM é um exemplo singular ao constituir um locus privilegiado, em que questões locais convergem e ganham força ao invés de permanecerem localizadas. A tecnologia desempenha um papel importante ao possibilitar que organizadores e participantes possam estar em constante contato e compartilhem informações com ou-

tros indivíduos e grupos. Em uma determinada ocasião, o fórum ocorreu exclusivamente *on-line*.

5 IMPORTÂNCIA SIMBÓLICA

A importância simbólica das interações entre a sociedade civil pode ser compreendida por intermédio da definição de Melucci (1985) sobre os “sistemas de ação”. Embora seu enfoque seja os movimentos sociais, sua teoria pode ser estendida para a análise da sociedade civil global. Melucci nos estimula a considerar a sociedade/movimento civil como um sistema de ação, ou seja, não tratá-lo exclusivamente como um fenômeno empírico. Para o autor, os movimentos são relevantes por si só. E os atores apresentam uma ação temporária, sendo uma de suas funções visibilizar questões ou problemas.

Sendo assim, a organização da sociedade civil apresentaria uma função cada vez mais simbólica (ou ainda uma função profética), semelhante a uma nova forma de mídia. De acordo com Melucci, a sociedade/movimento civil constitui sistemas de ação que operam em um campo sistêmico de possibilidades e, ao mesmo tempo, de limites. É desse modo, que a organização se torna um ponto crítico de observação, um nível de análise em geral subestimado ou reduzido a estruturas formais. A maneira pela qual os atores definem suas ações representa um elo concreto entre orientações ou direcionamentos e oportunidades ou impedimentos sistêmicos.

Assim, as manifestações da sociedade civil constituem sistemas de ação com estruturas próprias: a unidade e a continuidade dessa associação não seriam possíveis sem a integração e a interdependência de indivíduos e grupos. E, ainda, suas estruturas são constituídas por metas, crenças, decisões e trocas que ocorrem em um campo sistêmico. Para Melucci (1985, p. 801), o novo modelo organizacional dos movimentos contemporâneos não é unicamente “instrumental” em função de seus objetivos. É um fim em si mesmo. Como a ação é pautada em códigos culturais, o formato do movimento é uma mensagem, ou seja, um desafio simbólico aos padrões dominantes.

O significado da ação deve ser identificado na própria ação e não tanto em seus objetivos: os movimentos não são qualificados pelo que fazem, mas pelo que são. Conforme ressaltado por Melucci (1985, p. 809), é a forma adotada por um determinado movimento que revela sua mensagem. Na maneira por que os atores da sociedade civil se organizam

revela seu pertencimento a uma comunidade mais ampla. O nível de engajamento estimulado pelo FSM ilustra a importância da teoria dos sistemas de ação de Melucci.

6 FÓRUM SOCIAL MUNDIAL COMO ESTUDO DE CASO

O FSM é um tema recorrente de análise⁶. Organizado no Brasil, tem como uma de suas metas possibilitar o maior intercâmbio sul-sul. É possível que o motivo pelo qual esse fenômeno bastante recente seja alvo de tamanho interesse, por analistas e estudiosos, em função de seu caráter singular.

Embora a mídia tenha associado o fórum a um ator político (em potencial), muitos organizadores procuraram ressaltar que o fórum funciona como um espaço para a interação de diversos grupos e indivíduos. (TEIVAINEN, 2002, p. 625).

O fórum não constitui um grupo, uma organização ou um movimento (MARCUSE, 2005). É um *locus* aberto e designado para deliberações democráticas, formulação de propostas, troca de experiências e base para a realização de ações conjuntas, de grupos e indivíduos da sociedade civil, que se opõem ao neoliberalismo, à dominação do mercado financeiro e a qualquer forma de imperialismo (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL). “O FSM pode ser mais bem compreendido como um movimento cultural mundial.” (CONWAY, 2005, p. 425). O comprometimento de indivíduos e grupos envolvidos no fórum é o de criar uma sociedade global voltada para relações igualitárias entre os seres humanos e o planeta. Os tipos de grupos, redes e movimentos participantes no FSM variam entre defensores dos direitos humanos, direitos das mulheres, dos animais, preservação ambiental e defesa da paz, entre outros.

O FSM reúne e interconecta organizações e movimentos da sociedade civil de diferentes partes do globo, mas não tem como meta ser um corpo representativo da sociedade civil mundial. Participantes do fórum são veementes em reiterar que o FSM é plural, diversificado, não-governamental e apartidário, cuja atuação se dá de forma descentralizada. Reúne organizações e movimentos engajados em ações concretas de nível nacional e internacional que visam mudar padrões mundiais de con-

⁶ Para mais informações sobre o FSM, visite o *site* <http://www.wsf2008.net>.

duta. Não existem líderes no FSM, e o único documento que regulamenta suas atividades é um protocolo de princípios.

Por outro lado, não é um fenômeno sem falhas. Alguns críticos ressaltaram que o fórum não é bem organizado e não viabiliza uma comunicação efetiva entre seus participantes, assim como o número de participantes é muito abrangente e serve para reforçar o argumento anterior (HAMMON, 2003). Há uma grande disparidade de gênero, ou seja, os representantes do sexo masculino dominam a maior parte das plenárias, e a participação no evento se limita aos que possuem recursos financeiros para custear a viagem (MARCUSE, 2005).

As assembleias e eventos, como o FSM, a despeito de suas lacunas, oferecem um espaço de interação relevante para atores da sociedade civil global. Langman (2005, p. 66) chama atenção para o fato de a tecnologia possibilitar que os grupos se relacionem a distância,

[...] fóruns como o FSM são de caráter regional/local e devem ser analisados sociologicamente e politicamente. Mais especificamente, estes encontros servem como locais privilegiados para a troca de informações, ideias, formulação de políticas e planejamento de ações, e devem ser vistos como rituais solidários. Sendo assim, um dos aspectos sociológicos mais importantes de um fórum é a sua função como ritual solidário que estabelece novas relações, reafirmam relações antigas, renovam identidades e estão, em geral, embasados em raízes políticas comuns [...]

O FSM e outros fóruns menores, de caráter regional e que foram originados a partir dele, oferecem um espaço e um lugar geográfico para os atores da sociedade civil se relacionarem/reencontrarem e constituírem novas redes. O FSM é um contexto específico e tangível para o que poderia ser visto como uma sociedade civil global etérea. “A proposta é possibilitar uma coordenação descentralizada e formação de redes entre organizações engajadas com a transformação social, tanto no nível local quanto internacional.” (Disponível em: <http://www.wsf2008.net/eng/about>). Em suma, o FSM representa um espaço público para os diferentes grupos sociais.

De maneira geral, o FSM possibilita o cruzamento de grupos e movimentos distintos, bem como o estabelecimento de conexões interpessoais, conforme Bourdieu, Coleman e Putnam. O FSM é um exemplo de que as interações face a face, ainda que de extrema relevância, apresenta uma conotação bastante diferenciada, quando nos referimos à sociedade civil global. Essas relações se dão de forma menos constante e entre um número reduzido de pessoas ou grupos. No entanto, essa

interação no nível micro serve como ponte para as próprias organizações. Isso se torna mais evidente, por exemplo, no caso de pessoas que defendem os direitos das profissionais do sexo e que se associam a representantes de grupos feministas e de direitos humanos para o estabelecimento de projetos comuns.

Jackie Smith (1993, p. 419) afirma:

O Fórum Social Mundial não somente propicia a criação de redes entre ativistas de diferentes localidades, mas também desempenha um papel crítico para a construção do que pode ser chamado de uma esfera de ação global e pública.

O fórum serve como base para um espaço democrático e fomenta o contato, embora pouco frequente, entre uma miríade de indivíduos e organizações que se assemelham por terem uma base ideológica comum. De uma perspectiva da formação de capital social, esse contato é essencial para auxiliar os ativistas na coordenação e análise de estratégias. É também indispensável como um instrumento de reafirmar os compromissos e as propostas de transformação social.

Face à repressão, exclusão e ignorância, a solidariedade transnacional auxilia aqueles que desafiam as estruturas do capitalismo global. Enquanto a grande maioria de ativistas não terá a oportunidade de participar de um encontro do Fórum, as estratégias de uso da tecnologia e da informática coordenam ativistas em níveis local, nacional e transnacional. (SMITH, 1993, p. 420).

Conforme o *slogan* do FSM postula, o objetivo do fórum é oferecer um espaço de diálogo, mas, mais especificamente, de produção de visões e modelos alternativos para o funcionamento social. O FSM reconhece que o mercado é socialmente constituído, portanto pode ser modificado de forma a adotar uma agenda mais igualitária para a população em geral.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Della Porta e Tarrow (2005) ressaltam que a mobilização transnacional é facilitada pela adaptação das estratégias de atuação dos movimentos sociais nos diferentes contextos. Redes flexíveis possibilitam conectar bases sociais heterogêneas, facilitadas pela percepção de envolvimento político com base na diversidade e na subjetividade. A globalização reforça a visão de que a unidade modal da contenção

transnacional não é a organização burocrática, mas as redes constituídas com maior liberdade. Os formatos tradicionais de formação de redes interpessoais continuam constituindo os elos principais de organização, todavia a internet demonstrou ser um elemento bastante inovador. O desafio é identificar onde o local e o global se cruzam e como cada modelo informa o outro e vice-versa. Da mesma maneira que as realidades locais influenciam as ações globais, o global influencia as organizações locais.

O objetivo deste artigo foi analisar algumas ideias centrais sobre novas formas de organização da sociedade civil. Como a sociedade civil global visa influenciar a esfera política em distintos (e múltiplos) níveis institucionais, em contextos locais e internacionais, os grupos precisam criar estratégias para atuar nesses distintos contextos. Isso requer formatos inovadores para o estabelecimento de redes e contatos, já que estão unidas por um propósito comum, ou seja, a transformação social e mudanças na estrutura do sistema econômico global.

O FSM oferece um espaço de representação em que a sociedade civil global se reúne. Mais ainda, representa o espaço de interseção entre o local e o internacional. A percepção de Bourdieu, Coleman e Putnam sobre a sociedade civil tem-se mostrado indispensável para a maior compreensão sobre normas de reciprocidade e ação coletiva. Essa percepção pode ser confrontada com o crescente envolvimento em questões de ordem local e políticas mediante diferentes modelos de intervenção. Novas concepções sobre a sociedade civil e as respostas dadas às políticas neoliberais apresentam implicações importantes para as Ciências Sociais.

Não devemos nos precipitar e acreditar que a sociedade civil tem uma margem reduzida de ação perante as instituições e políticas, mas reconhecer as novas formas de resistência que estão emergindo e que são de grande relevância para um mundo em constante transformação.

REFERÊNCIAS

Anheier, H.; GLASIUS, M.; KALDOR, M. (Ed.). **Global civil society**. Oxford: Oxford University, 2002.

AMTUNES, R. *Crisis capitalista contemporânea y las transformaciones en el mundo del trabajo*. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD, 1999. Módulo 1.

BAUMGARTNER, Frank R.; BRYAN D. Jones. **The politics of attention: how government prioritizes problems**. Chicago: University of Chicago, 2005.

CLARK, Ian. **Globalization and fragmentation**: international relations in the twentieth century. Oxford: Oxford University Press, 1998.

COHEN, J.; ARATO, A. **Civil society and political theory**. Cambridge: MIT, 1993.

CONWAY, Janet). Social forums, social movements and social change: a response to Peter Marcuse on the subject of the World Social Forum. **International Journal of Urban and Regional Research**, 29(2), p. 425-428, 2005.

DELLAPORTA, Donatella; TARROW, Sidney. (Ed.). **Transnational protest & global activism**: people, passions, and power. New York: Rowman & Littlefield, 2005.

EDWARDS, Michael; GAVENTA, John. (Ed.). **Global citizen action**, Bolder: L. Rienner, 2001. Introduction.

ETZIONI, Amitai. **The capabilities and limits of the global civil society**. [S.I.]: APSA Paper, 2004.

FIELD, John. **Social capital**. New York: Routledge, 2003.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **World Social Forum charter of principles**. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=2>. Acesso em: 6 de dezembro, 2007.

GAVENTA, John. Global citizen action: lessons and challenges. In: EDWARDS, Michael; GAVENTA, John. (Ed.). **Global citizen action**. Bolder: L. Rienner, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HAMMOND, John L. Another world is possible: report from Porto Alegre. **Latin American Perspectives**, 30(3), p. 3-11, 2003.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalization in question**. Cambridge: Polity Press, 1999.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca, New York: Cornell University, 1998.

KLEIN, Naomi. **The shock doctrine: the rise of disaster capitalism**. Paradigm, 2007.

LANGMAN, Lauren. From virtual public spheres to global justice: a critical theory of internetworked social movements. **Sociological Theory**, 23(1), p. 42-74, 2005.

LIPSCHUTZ, Ronnie. Reconstructing world politics: the emergence of global civil society. **Millennium: a journal of international studies**, 21(3), p. 405, 1992.

MARCUSE, Peter. Are social forums the future of social movements. **International Journal of Urban and Regional Research**, 29(2), p. 417-424, 2005.

MARTIN, Monica Dias. The MST challenge to neoliberalism. **Latin American Perspectives**, 27(5), p. 114, 2000.

MELUCCI, Albert. The symbolic challenge of contemporary movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, Winter 1985.

MILANI, Carlos R. S.; LANIADO, Ruthy Nadia. Transnational social movements and the globalisation agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Forum. **The Eldestein Center for Social Research, Working Paper**, n. 5, Dec. 2006.

MUDGE, Stephanie Lee. The state of the art: what is neo-liberalism? **Socio Economic Review**, n. 6, p. 703-731, 2008. Available at: <<http://ser.oxfordjournals.org/cgi/reprint/6/4/703>>. Acesso em março de 2009.

OMELICHEVA, Mariya Y. **Global civil society?: an empirical portrayal**. [S.l.]: APSA Paper, 2004.

_____. **NGOs as agents of democratic: global civil politics**. [S.l.]: APSA Paper, 2003.

NEUMANN, Mariana Menezes. **Competir ou retroceder**: a política externa norte-americana na administração Clinton. Dissertação (Mestrado em 2005) – Universidade Federal Fluminense, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Other globalizations: alter-native transnational processes and agents. **The Eldestein Center for Social Research, Working Paper**, n. 4, Dec. 2006.

SEN, Amartya. **Development as freedom**. New York: A. A. Knopf, 1999.

SMITH, Jackie (2004). The World Social Forum and the challenges to global democracy. **Global Networks**, 4(4): 413-421, 2004.

_____. Smith, Jackie (1998). "Global civil society?: transnational social movement organizations and social capital". *American Behavioral Scientist*, Vol. 42, No. 1, 93-107.

TEIVAINEN, Teivo. The World Social Forum and global democratisation: learning from Porto Alegre. **Third World Quarterly**, 23(4): 621-632, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2005.

VASCONCELOS, Flávia Nico. **Globalização e papel do executivo**: abertura comercial nos governos Sarney e Collor. Dissertação (Mestrado em 2001) – Instituto de Relações Internacionais, IRI/PUC-Rio, 2001.

WALZER, Michael (Ed.). The concept of civil society. In: **Toward a global civil society**. [S.l.]: Berghahn, 1995.

WARKENTIN, Craig. **Reshaping world politics**: NGOs, the internet and global civil society. New York: Rowman & Littlefield, 2001.

YASHAR, Deborah. **Contesting citizenship in Latin America**: the rise of indigenous movements and the postliberal challenge. Cambridge: Cambridge University, 2005.

Recebido em: maio de 2009.

Aprovado em: julho de 2009.